SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

MILENA GUEDES DO ESPIRITO SANTO

A EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA CRECHE EM ABAETETUBA-PA

ABAETETUBA-PARÁ
2024

MILENA GUEDES DO ESPIRITO SANTO

A EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA CRECHE EM ABAETETUBA-PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba
Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Pereira Lima

ABAETETUBA-PARÁ
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237e Santo, Milena Guedes do Espirito.
A educação da primeira infância : a criação da primeira creche em Abaetetuba-PA / Milena Guedes do Espirito Santo. — 2024.
35 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Maria do Socorro Pereira Lima
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Pedagogia, Abaetetuba, 2024.

1. educação. 2. primeira infância. 3. creche. 4. município de Abaetetuba. I. Título.

CDD 370

MILENA GUEDES DO ESPIRITO SANTO

A EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA CRECHE EM ABAETETUBA-PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba
Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Pereira Lima

Data de aprovação: 20/06/2024.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria do Socorro Pereira Lima - Orientadora - UFPA

Prof. Dr. Sérgio Bandeira Gonçalves -Examinador - UFPA

A EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA CRECHE EM ABAETETUBA-PA

Milena Guedes do Espirito Santo[1]

RESUMO

Este trabalho é fruto de um estudo sobre a criação da primeira creche em Abaetetuba-Pará. O objetivo da pesquisa é analisar o processo de criação da primeira creche destinada ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos no município. Caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, mediada pela pesquisa histórica e documental, utilizando fontes documentais dos arquivos da Secretaria Municipal de Educação e do site da Prefeitura de Abaetetuba. Como coleta de dados complementares, foi realizada uma entrada em campo para conhecer a creche e suas condições de atendimento. Na pesquisa de campo, a coleta de informações junto aos sujeitos baseou-se na história oral. A fundamentação teórica incluiu os estudos de Kishimoto (1988), Minayo (1994), Pádua (1997), Godoy (1999), Chizzotti (2000), Didonet (2001), entre outros. Para entender o contexto educacional de Abaetetuba, foram essenciais as contribuições de Santos (1996), Sousa (2009), Ferranti (2013) e Machado (2020). A pesquisa revelou que, até meados de 2010, não havia creches para crianças de 0 a 3 anos no município, como previsto e assegurado pela LDB e pela Constituição Federal. A educação infantil no município era oferecida apenas por meio de pré-escolas e escolas de ensino fundamental para crianças de 4 a 6 anos. Diante da grande demanda infantil, Abaetetuba ganhou novas configurações na oferta de educação, considerando a criação de novos espaços educativos voltados para as crianças de 0 a 3 anos. No entanto, a criação da primeira creche municipal só foi possível em agosto de 2011, por meio de um convênio mantido entre a prefeitura municipal de Abaetetuba e a Ordem Franciscana Secular do Brasil. Dessa forma, a criação da creche “Irmã Eufrásia Maria de Belém”, além de proporcionar uma nova perspectiva de educação para o município, foi também fundamental para que houvesse o atendimento às crianças de 0-3 anos, principalmente as que residiam nos bairros periféricos da cidade.

Palavras-chave: educação; primeira infância; creche; município de Abaetetuba.

ABSTRACT

This work is the result of a study on the creation of the first daycare center in Abaetetuba-Pará. The objective of the research is to analyze the process of creating the first daycare center for children from 0 to 3 years old in the municipality. It is characterized by a qualitative approach, mediated by historical and documentary research, using documentary sources from the archives of the Municipal Department of Education and the website of the Municipality of Abaetetuba. As a complementary data collection, a field entry was carried out to get to know the daycare center and its service conditions. In the field research, the collection of information from the subjects was based on oral history. The theoretical foundation included the studies of Kishimoto (1988), Minayo (1994), Pádua (1997), Godoy (1999), Chizzotti (2000), Didonet (2001), among others. To understand the educational context of Abaetetuba, the contributions of Santos (1996), Sousa (2009), Ferranti (2013) and Machado (2020) were essential. The survey revealed that, until mid-2010, there were no daycare centers for children from 0 to 3 years old in the municipality, as provided for and ensured by the LDB and the Federal Constitution. Early childhood education in the municipality was offered only through preschools and elementary schools for children aged 4 to 6 years. Faced with the great demand for children, Abaetetuba gained new configurations in the offer of education, considering the creation of new educational spaces aimed at children from 0 to 3 years old. However, the creation of the first municipal daycare center was only possible in August 2011, through an agreement between the municipal government of Abaetetuba and the Secular Franciscan Order of Brazil. Thus, the creation of the "Sister Eufrasia Maria de Belém" daycare center, in addition to providing a new perspective of education for the municipality, was also fundamental for the care of children from 0 to 3 years old, especially those who lived in the peripheral neighborhoods of the city.

Keywords: education; early childhood; daycare; municipality of Abaetetuba.

[1] Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Abaetetuba/PA. E-mail: milaguedes1999@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

> Falar da creche e da educação infantil é muito mais do que tratar de uma instituição, de suas qualidades e defeitos, da sua necessidade social ou da sua importância educacional. É falar da criança. De um ser humano, pequenino, mas exuberante de vida (Didonet, 2001, p. 11).

Ao falarmos da criança, compreende-se a ideia de um sujeito concreto que possui múltiplas relações sociais e, acima de tudo, detentora de direitos, entre eles o direito à educação. No entanto, nem sempre foi assim, isso se evidencia pelo fato que em diferentes momentos da história as instituições de atendimento à infância pequena no Brasil, considerando os espaços, foram vistos como abrigos assistenciais para crianças de baixa renda, imersas num contexto puramente assistencialista desprovidas de qualquer vínculo educativo.

Porém, a partir do século XX, com os novos arranjos políticos e sociais que a sociedade capitalista vinha enfrentando, desencadearam-se mudanças significativas nas funções que essas instituições passaram a desenvolver dali em diante, incluindo também atividades de cunho pedagógico. Nas palavras de Oliveira (2002):

> A definição de uma proposta pedagógica para a creche deve considerar a atividade educativa como ação intencional orientada pela ampliação do universo cultural das crianças, de modo que lhes sejam dadas condições para compreender os fatos e os eventos da realidade, habilitando-os a agir sobre ela de modo transformador (Oliveira, 2002, p. 48).

No entanto, é importante salientar que foi a partir da Constituição Federal de 1988, e da Lei de Diretrizes Bases da Educação de 1996, que a instituição creche passou a assumir uma proposta pedagógico-educacional. Nesse sentido, segundo dados publicados nos anais de 2004 da ANPED, a educação para o segmento da educação infantil, entre os quais o atendimento de crianças pequenas, passa a ser vista como necessária, um direito de todos e dever do Estado, devendo estar integrada ao sistema de ensino e não somente de assistência, mas como primeira etapa da Educação Básica. Com isso, a creche deixa de ser puramente assistencialista e passa a exercer atividades de cunho pedagógico e educacional.

A Constituição Federal de 1988, em seu cap. III, Art. 208, inciso IV, destaca que “O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”. No entanto, a partir da Emenda Constitucional n° 53 de 19 de dezembro de 2006, a educação infantil passa a ser ofertada em creches e pré-escolas para crianças até 5 anos de idade.

Somado a isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei n° 9.394/96 define em seu Artigo 29 que “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o

desenvolvimento integral da criança [...] em todos os seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade". Paralelo a isso, o artigo seguinte exemplifica que a educação infantil será oferecida em: "I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade" (Brasil, 1996, Art. 31)

Nesse sentido, apesar de ser considerada como etapa inicial da educação básica e estar assegurada a obrigatoriedade do ensino à criança pequena (0 – 3 anos), compreendemos que a trajetória da educação infantil se deu de forma tardia em algumas regiões brasileiras. Na região Norte do Brasil, podemos destacar o município de Abaetetuba, localizado no estado do Pará, pois a primeira creche municipal só passaria a funcionar a partir de agosto de 2011, anos depois da obrigatoriedade do ensino, instaurada pela constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Todavia, a criação da primeira creche em Abaetetuba só foi possível por meio de um convênio realizado entre a Ordem Franciscana Secular (OFS), juntamente com a prefeitura Municipal de Abaetetuba. Dessa forma, a implementação da Creche não só significou uma nova perspectiva de educação para o município, mas também foi fundamental para que houvesse o atendimento às crianças de 0-3 anos, principalmente as que residiam nos bairros periféricos da cidade.

Diante dessas considerações, esse trabalho está situado no campo da história da educação brasileira, com especial atenção para a escolarização da criança de 0 a 3 anos, e tem como tema **"A educação na primeira infância: a criação da primeira creche em Abaetetuba-PA.** O trabalho foi desenvolvido enquanto discente do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário de Abaetetuba. Após a seleção de fontes documentais sobre a implantação da primeira creche de Abaetetuba, a pesquisa foi estendida a uma incursão na própria creche para conhecer o seu funcionamento e os sujeitos que nela atuam como educadores.

A inquietação em pesquisar sobre a criação da primeira creche no município, surgiu durante uma experiência enquanto bolsista de iniciação científica, realizada no ano de 2020, ligada ao Grupo de Pesquisa e História da Educação da Criança na Amazônia Paraense. A partir dessa experiência pude observar na prática o quanto a chegada da creche significou uma nova perspectiva educacional para o município abaetetubense e, também, essa iniciativa foi fundamental para que houvesse o atendimento às crianças de 0-3 anos, principalmente as que residiam nos bairros periféricos da cidade, na época.

Somado a isso, durante as nossas pesquisas, foi constatado que há uma carência de arquivos que versam sobre a história da educação da Primeira Infância do município de Abaetetuba, o que caracteriza ampliar mais estudos sobre este segmento de ensino. Desse modo, pretendemos, a partir desta pesquisa, contribuir para a recuperação da historiografia local, no que diz respeito à oferta da educação para crianças de 0-3 anos.

Diante do exposto, essa pesquisa busca responder às seguintes questões norteadoras: como se deu a oferta de creches para a educação infantil no Brasil? Qual o contexto político-educacional da cidade de Abaetetuba antes da chegada da creche? O que impulsionou a criação da creche Irmã Eufrásia no município Abaetetubense? Como está caracterizado o espaço físico da creche para o atendimento das crianças de 0-3 anos no município?

Nesta perspectiva, esse trabalho pretende analisar o processo de criação da primeira creche para o atendimento educacional de crianças de 0 – 3 anos no município de Abaetetuba, além disso, traça como objetivo específicos: verificar como se deu a oferta de creches para a educação da primeira infância no Brasil; compreender o contexto político-educacional do município de Abaetetuba antes da implantação da creche; historicizar o processo de criação da creche Irmã Eufrásia e caracterizar o espaço físico da creche para atendimento das crianças de 0 a 3 anos no município.

A pesquisa dispõe de caráter qualitativo, sendo mediada pela investigação histórica e documental associada a uma pesquisa de campo. Como fundamentação teórica, as contribuições de Kishimoto (1988), Minayo (1994), Pádua (1997), Godoy (1999), Chizzotti (2000), Didonet (2001), Gil (2002), Alberti (2005), Saviani (2006), Cellard (2008), Sousa (2009), Kuhlmann Jr (2011), Machado (2020) entre outros.

Desta forma, parte dos dados coletados referente à parte prática da pesquisa foram obtidos por meio de documentação disponibilizada por meio da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, assim como no *site* da Prefeitura Municipal de Abaetetuba. Já os dados referentes ao histórico da creche, bem como informações sobre espaço e rotina da instituição, foram coletados no ano de 2020, 2022 e 2024 durante a pesquisa de campo.

Isto posto, espera-se que ao final deste trabalho, este material possa apontar novas perspectivas para a construção de novas pesquisas relacionadas ao campo da historiografia, principalmente para os futuros pesquisadores que desejam enveredar pelo campo da pesquisa histórica e documental, com ênfase na educação da Primeira Infância abaetetubense.

Para melhor compreensão, esse trabalho está organizado em tópicos, sendo o primeiro relacionado a contextualização histórica da creche no Brasil, em seguida discutiremos sobre o contexto educacional do município de Abaetetuba antes da criação da primeira da creche,

posteriormente discorremos como se deu o processo de criação da primeira creche do município de Abaetetuba e, por último, caracterizaremos o espaço físico da creche para atendimento das crianças de 0-3 anos.

2. O CAMINHO EM BUSCA DAS FONTES

As mediações metodológicas para o desenvolvimento da pesquisa são fundamentadas nos vários tipos de fontes. Para Saviani (2006, p. 29), "as fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado". Neste sentido, as fontes se constituem como marco importante para a reconstrução de fatos que ocorreram em determinados períodos da sociedade, são formas de reconstrução de um passado colaborando para construímos as nossas próprias percepções e conhecimentos sobre a história, assim, as fontes se constituem como a base do trabalho do pesquisador.

Deste modo, esta pesquisa se embasa na abordagem qualitativa que, de acordo com Minayo (1994), é permeada por um universo de significados. Assim, todos os sujeitos que participam da pesquisa contribuem para a construção de conhecimento, sendo "o pesquisador considerado parte fundamental [...]" (Chizzotti, 2000, p. 82).

Seguindo nessa mesma perspectiva Godoy (1995) afirma que além da relação direta do pesquisador com o seu objeto de estudo, a pesquisa qualitativa "realiza-se em ambiente natural como fonte direta dos dados [...] possui caráter descritivo, enfoque dedutivo e significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida. Porém, é necessário delimitar o espaço e o tempo" (Godoy, 1999, p. 62-63). Logo, a pesquisa em questão teve como cenário investigativo a primeira creche municipal de Abaetetuba, denominada Irmã Eufrásia Maria de Belém, localizada na Tv. Alagoas, n° 7051, no bairro da Francilândia.

Inicialmente, para entendermos os objetivos propostos deste trabalho, foi realizado um levantamento bibliográfico, que de acordo com Gil (2002), é constituído com base em material já elaborado por outros autores. Neste viés, ao discutir questões relacionadas a educação da primeira infância fez-se necessário os estudos de autores como Kishimoto (1988), Didonet (2001), Oliveira (2002), Kuhlmann Jr. (2011), e ainda análise de documentos como a Constituição Federal (1988) e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (1996). Já, para entendermos o contexto educacional do município de Abaetetuba, foram necessárias as contribuições de Santos (1996), Sousa (2009), Ferranti (2013) e Machado (2020). Todavia, apesar desses autores trabalharem em suas análises fragmentos relacionados à educação no

município Abaetetubense, foi necessário um estudo voltado para a educação infantil na cidade, mas precisamente para o atendimento das crianças de 0-3 anos.

Posteriormente, foi realizada a pesquisa histórica, que, de acordo com Padilha e Borenstein (2005).

> O método da pesquisa histórica caracteriza-se como uma abordagem sistemática por meio de coleta, organização e avaliação crítica dos dados que têm relação com ocorrências do passado. [...] Um dos objetivos da investigação histórica é lançar luzes sobre o passado para que este possa clarear o presente, inclusive fazer perceber algumas questões futuras (Padilha; Borenstein, 2005, p. 577).

Neste sentido, a investigação histórica é caracterizada como aquela que visa comparar fatos, uma interligação entre passado e presente, em que será usada como instrumento a pesquisa documental, que, segundo Pádua (1997)

> A pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...] (Pádua, 1997, p. 62)

Sobre os documentos, Cellard (2012) ressalta que:

> [...] O documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para o pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (Cellard, 2012, p. 295).

Ainda, Cellard (2012) pontua que o pesquisador que trabalha com documentos deve superar alguns obstáculos em relação ao material que vai investigar, evitando para não cair em informações tendenciosas, por isso, é de suma importância a seleção e averiguação dos documentos que irão ser trabalhados, buscando analisar sua credibilidade, bem como a sua relevância para a pesquisa.

Desta maneira, com base neste procedimento, os documentos que fizeram parte deste trabalho são constituídos de fontes primárias que de acordo com Marconi e Lakatos (2017) são documentos oficiais, provenientes de arquivos públicos ou de documentação de arquivos privados, disponibilizados por meio da Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba – SEMEC e no *site* da Prefeitura Municipal de Abaetetuba, dentre eles podemos citar; O Decreto 007/1990 de 23 de julho que criou e oficializou as escolas públicas de 1° Grau de Abaetetuba, Lei n° 115/98 de 20/11/1998 que institui o Fundo Municipal de Educação, Lei Orgânica do Município de Abaetetuba de 23 de março de 1990, Documento Curricular do Município de

Abaetetuba (2019), esses documentos nos subsidiaram para a obtenção de dados referentes a oferta da educação à criança pequena no município, bem como os dados sobre o surgimento da primeira creche municipal.

Seguida a isso, de posse das informações coletadas por meio da análise documental, foi realizada uma pesquisa de campo, na qual

> [...] o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma situação direta com a situação de estudo. Também se exige do pesquisador que permaneça a maior tempo possível na comunidade, pois somente com essa imersão na realidade é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado. (Gil, 2002, p. 53)

Nesta direção, a partir da pesquisa de campo, foi realizada uma incursão no espaço físico da creche para melhor apropriação da estrutura e do seu funcionamento. E ainda, análise do Projeto Político Pedagógico da Instituição (PPP), além de conversas informais com os sujeitos que fizeram e fazem parte da construção histórica da creche. Assim, queremos destacar que a obtenção das informações por meio dos sujeitos teve como referência a história oral que, de acordo com Alberti (2005, p. 155),

> A história oral permite o registro de testemunhos e o acesso à "história dentro da história" e, dessa forma, ampliar as possibilidades de interpretação do passado. A história oral consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos, que participaram, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

Sendo assim, os sujeitos que contribuíram com os dados da pesquisa foram: a ministra da Fraternidade São Francisco Irmão Menor, vinculada a Ordem Franciscana Secular do Brasil que reside no município de Abaetetuba, bem como a primeira gestora da creche Irmã Eufrásia[2] *(In Memoriam*) que participaram desde o início, antes mesmo da instituição ser reconhecida oficialmente como creche, e a gestora regente, na atualidade. Todavia, esses sujeitos nos subsidiaram para a obtenção de mais informações acerca do surgimento da primeira creche municipal de Abaetetuba e como essa instituição vem realizando seu trabalho atualmente.

3. A CRIAÇÃO DE CRECHES NO BRASIL

Para chegarmos à proposta pedagógica que a creche exerce na atualidade, foi necessário compreender as modificações que essa instituição perpassou ao longo dos anos.

---

[2]Maria da Conceição Lobato Pontes ainda chegou a nos conceder entrevista, pois esta pesquisa já demanda um período mais ampliado, tendo sido iniciada no ano de 2020 no decorrer da minha participação como bolsista PIBIC.

Em meados do século XIX surgia na Europa a preocupação em criar instituições que oferecessem assistência à infância, principalmente a criação de locais onde as mães operárias pudessem deixar seus filhos para prestar serviços nas fábricas advindas da revolução industrial, desse modo,

> [...] as primeiras instituições criadas com essa finalidade na Europa foram as salas de asilos ou salas de custódia. Seu objetivo era amparar a infância pobre, tendo como única preocupação a guarda pura e simples dessas crianças, o que é feito em instalações bastante inadequadas e com procedimentos que não envolviam qualquer preocupação educativa (Kishimoto, 1988, p. 44).

Nesse sentido, como menciona a autora, as primeiras instituições voltadas para o atendimento à infância eram exclusivamente assistencialistas, visto que a criação desses locais não possuía um vínculo educativo que proporcionasse o desenvolvimento pedagógico da criança, uma vez que a intenção era exclusivamente aos cuidados, proteção e higiene.

Do mesmo modo, no Brasil, as primeiras tentativas de espaços voltados para o atendimento da infância também estavam vinculadas para fins assistencialistas, cujo único objetivo era o acolhimento e guarda das crianças que eram abandonadas pelas famílias, desse modo verifica-se que até meados do século XIX o amparo e atendimento à infância foram realizados por uma única instituição no qual ficou conhecida como Roda dos Expostos ou Casa dos Expostos.

De acordo com Kuhlmann Jr (2011, p. 473), “as Casas de Expostos recebiam os bebês abandonados nas "rodas" – cilindros de madeira que permitiam o anonimato de quem ali deixasse a criança”, assim, a roda foi muito utilizada pelas famílias que não dispunham de uma situação favorável para criar seus filhos, além disso, muitas pessoas viam na “Roda” a possibilidade de manter a integridade e honra de sua família em virtude de infidelidades matrimoniais.

No entanto, vale ressaltar que estas instituições não recebiam nenhuma ajuda por parte do estado, sendo mantidas unicamente por entidades filantrópicas, quase sempre de cunho religioso. Esse sistema ainda se perpetuou por um longo período, porém, com a redução gradativa nos números de abandonos, essas instalações passaram a ser definitivamente extintas na década de 1950.

O início do século XX trouxe consigo, além da ideia de progresso, uma nova conjuntura político-social para o país, com estruturação do capitalismo, a crescente urbanização e a inserção da mulher no mercado de trabalho, contribuindo de forma significativa para a instalação de novos locais de amparo à infância que viessem substituir aqueles tinham sido extintos. A creche “foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas de

Expostos, que recebiam as crianças abandonadas, mas, ao contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças" (Kuhlmann Jr, 2010, p.78). Sendo assim, foi nesse contexto que se constituíram as primeiras creches brasileiras.

> [...] as creches e pré-escolas surgiam a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram na sociedade: pela incorporação das mulheres à força de trabalho, na organização da família, num novo papel da mulher [...], mas também, por razões que se identificam com um conjunto de ideias novas sobre a infância, sobre o papel da criança na sociedade (Bujes, 2001, p.15).

Nessa perspectiva, o surgimento das primeiras creches no Brasil ainda estava fortemente atrelado à ideia de assistencialismo, objetivavam, contudo, somente uma preocupação voltada para a alimentação, higiene e cuidado, de modo que a implementação das creches visava atender não somente os filhos das operárias, mas, também, estavam destinadas ao atendimento das famílias pobres, das mães trabalhadoras, das crianças órfãs e abandonadas, visto que as creches atendiam as camadas populares e menos favorecidas da sociedade, enquanto a pré-escola ou jardins de infância eram utilizados na maioria pela alta aristocracia, ou seja, os filhos da elite. Estes, por sua vez, além de dar a devida assistência aos seus infantes, dispunham também de uma preocupação educativa, ao passo de transmitir valores sociais e morais da elite dominante da época.

Nesse contexto, tornava-se evidente as desigualdades apresentadas entre as creches e os jardins de infância, sendo que nas creches, não havia qualquer preocupação educativa sendo utilizado pelas camadas populares, enquanto nos jardins de infância, era proporcionado o desenvolvimento integral da criança por meio de atividade e brincadeiras. Ademais, vale lembrar que o ambiente favorece a aprendizagem da criança, mas o que se via nas creches eram instalações bastante precárias sujeitas à infecção e contaminação pela falta de infraestrutura adequada.

> No Brasil, grande número de ambientes destinados à educação de crianças com menos de 6 anos funciona em condições precárias. Serviços básicos, como água, esgoto sanitário e energia elétrica, não estão disponíveis para muitas creches e pré-escolas. Além da precariedade ou mesmo da ausência de serviços básicos, outros elementos referentes à infraestrutura atingem tanto a saúde física quanto o desenvolvimento integral das crianças. Entre eles está a inexistência de áreas externas ou espaços alternativos que propiciem às crianças a possibilidade de estar ao ar livre, em atividade de movimentação ampla, tendo seu espaço de convivência, de brincadeira e de exploração do ambiente enriquecido (Brasil, 2006, p. 10).

Neste sentido, o ambiente no qual a criança está inserida é um dos fatores que contribui diretamente para a sua aprendizagem, portanto, quando são disponibilizados espaços adequados

nos quais possibilitem a criança brincar, criar e interagir com os outros indivíduos, é possível haver o desenvolvimento de vários aspectos, dentre eles físicos, cognitivos, sociais e afetivos.

Como foi possível observar, a trajetória das instituições de atendimento à infância no Brasil, por muitos anos, foi vista como locais de auxílio, proteção e assistência à criança carente, imersa num contexto puramente assistencialista, desprovida de qualquer vínculo educativo. Porém, com os novos arranjos políticos e sociais que a sociedade capitalista vinha enfrentando no decorrer do século XX, acarretaram por mudanças significativas nas funções que estas instituições passariam a desenvolver dali em diante. Desse modo, as creches que até então eram destinadas às camadas populares e empobrecidas da sociedade, passaram a ser concebidas como um direito de toda a criança, independentemente da sua posição social.

Entretanto, o novo papel que a creche passaria a desenvolver, só foi possível devido a intensa pressão realizada tanto por parte de vários setores da sociedade, quanto por movimentos populares, sindicais e feministas que passaram a reivindicar a creche como um direito à educação da criança em todas as camadas sociais.

> O movimento de luta por creches, sob influência do feminismo, apresenta suas reivindicações aos poderes públicos no contexto por direitos sociais e da cidadania, modificando e acrescentando significados à creche enquanto instituição. Esta começa a aparecer como um equipamento especializado para atender e educar a criança pequena, que deveria ser compreendida não mais como um mal necessário, mas como alternativa que poderia ser organizada para ser apropriada e saudável para criança, mulher e a família. A creche irá, então, aparecer como um serviço que é um direito da criança e da mulher, que oferece a possibilidade de opção por um atendimento complementar ao oferecer pela família, necessário e também desejável (Merisse, 1997, p.48).

Assim, o movimento de luta por creches teve um papel fundamental para a consolidação e expansão na oferta das creches com perspectivas educacionais em todo território nacional, todavia, o estado que não possuía qualquer participação e colaboração nessas instituições se viu obrigado a elaborar e executar políticas públicas que viessem contemplar o atendimento às crianças pequenas. Com isso, a Constituição Federal Brasileira de 1988 culminou pela inclusão da creche no sistema escolar, oferecida para crianças com faixas etárias de zero a seis anos por meio de creches e pré-escolas. Logo, esse acontecimento acaba por possibilitar uma nova perspectiva de ensino para as creches brasileiras, ao afirmar que “O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero seis anos de idade” (Constituição Brasileira, 1988, cap. III, art. 208, inciso IV).

Posteriormente, na década de 1990, a Lei n° 8.069, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, concretizou ainda mais o direito à educação das crianças que já tinham sido promulgadas pela constituição de 1988. Sendo assim, definiu em seu capítulo (III) quanto

à educação, o direito previsto para todas as faixas etárias incluindo crianças de zero a seis anos e ainda ratificou em seu artigo 54, parágrafo IV, que “é dever do Estado assegurar [...] atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos”.

Desse modo, pouco a pouco as ideias conquistadas através da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 foram ganhando força e espaço na sociedade, ao passo de que a creche deixava de assumir um caráter meramente assistencial, passando de fato a ser integrada ao sistema de ensino com objetivos educacionais. Dessa maneira, após a promulgação da constituição e do ECA, o que se via era um novo panorama de creche que tinha por função uma proposta pedagógica que visasse o desenvolvimento das crianças em todos os seus aspectos.

Mesmo com todos os avanços a educação infantil só se configurou de fato no sistema educacional em 1996 através das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n° 9394/96) em seu artigo 29 no qual afirma “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996, art.29). Desse modo, a educação infantil passa a ser legalmente reconhecida como etapa inicial da educação básica de ensino.

Vale ressaltar que a LDB passou por novas configurações. Por conseguinte, houve a alteração na idade correspondente a educação infantil reduzindo de 06 anos para 05 anos, em vista disso, houve a alteração nas faixas etárias das crianças em relação às creches e pré-escolas que antes eram oferecidas para crianças de zero a seis anos, passam atualmente a ser realizados da seguinte forma em creches para crianças de zero a três anos, enquanto a pré-escola é destinada às faixas etárias de quatro a cinco anos. Já os alunos nas idades de seis anos passam a ser atendidos pelo que corresponde hoje ao Ensino Fundamental I.

Dessa maneira, as ideias propostas pela constituição brasileira (1988), o estatuto da criança e do adolescente (1990) e as leis de diretrizes e bases da educação (1996) foram de extrema importância para a construção significativa do papel que a creche exerce na atualidade.

Ainda que as creches possuam uma longa trajetória até se firmarem no caráter educativo, em algumas regiões e municípios as instalações dessas instituições se deram de forma tardia. O artigo 11 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação afirma no seu parágrafo V que “os municípios incumbir-se-ão de: oferecer a educação em creches e pré-escolas [...]”. Porém, o que se evidencia é que, em alguns municípios, instituições como a creche, ainda são bem recentes, é o caso do município de Abaetetuba, localizado no Estado do Pará.

4. O CONTEXTO POLÍTICO E EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA ANTES DA PRIMEIRA CRECHE

Fundada em 15 de agosto de 1895, Abaetetuba é um município brasileiro pertencente ao Estado do Pará, estando localizado na região do Baixo Tocantins. A região é formada por 11 municípios, entre eles: Acará, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará, Moju, Tailândia, Mocajuba, Baião. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2022, a população abaetetubense foi estimada em 158.188 pessoas que residem na região das ilhas, ramais, estradas e aqueles que estão diretamente localizados no centro urbano da cidade.

A zona urbana do município conta com 16 bairros, são eles Algodoal, São Lourenço, Francilândia, Centro, Aviação, São Sebastião, Cristo Redentor, São José, São João, Angélica, Santa Rosa, Mutirão, Santa Clara, Castanhal, Bosque e Jarumã. Já a zona rural se subdivide em duas áreas distintas, sendo formada por 72 ilhas, 49 colônias e o distrito de Beja. (Documento Curricular do Município de Abaetetuba, 2019).

Atualmente, a economia da cidade se baseia na produção e criação de importantes produtos que movimentam o comércio local e externo, dentre eles, a produção e extração do açaí, cupuaçu, a pesca, a caça além da produção artesanal do miriti, bastante utilizado na confecção de diversos materiais como brinquedos, peneiras, bolsas, móveis e biojoias que acabam por de tornar a grande fonte de renda das famílias que vivem principalmente nas regiões ribeirinhas da cidade

Portanto, na sua formação, o município era denominado Abaeté, porém, o Decreto-Lei n° 4.505, de 30 de dezembro de 1943, impossibilitava que no Brasil houvesse cidades com a mesma nomenclatura. Posto isto, havia em Minas Gerais um município com a mesma denominação. Sendo assim, para diferenciá-lo, foi acrescentado o sufixo “Tuba”, que de acordo com Machado (2020):

> A denominação de Abaetetuba originou-se por força do decreto-lei do Governo do Estado do Pará. Tal denominação foi sugestão do historiador Jorge Hurley. É a junção do nome Abaeté com o sufixo “tuba”, que em Tupi significa “lugar de abundância”. Assim, podemos definir o nome ABAETETUBA como “lugar de muitos homens ilustres e verdadeiros” (Machado, 2020, p. 14).

Somado a isso, há também quem conheça Abaetetuba por ser a capital mundial do brinquedo de miriti, ou ainda terra da cachaça, por fazer alusão aos grandes engenhos de cachaça que existiam no município no início do século XX.

Paganelli (1996) esclarece em seus estudos que durante a década de 1960, a cidade já era constituída por alguns bairros, mas foi a partir da década de 1970 e 1980 que houve um expressivo crescimento populacional na cidade, conforme afirma Santos (1996):

> Na década de 60, a cidade já contava com bairros de São Lourenço, Algodoal e São Pedro. Nos anos 70, foram abertos os bairros Santa Rosa, Sagrado Coração de Jesus e Francilândia. Nos anos 80, que corresponde ao período do inchaço populacional, constituíram-se os bairros São João, Campos de Aviação, Angélica, Mutirão, Cristo Redentor e São Sebastião. (Santos, 1996, p. 12-13)

Como pode se observar, foi a partir da década de 1970 e 1980, com o surgimento de novos bairros, que o município foi se expandindo, principalmente devido à instalação das fábricas Albrás e Alunorte que estavam sendo implantadas no município de Barcarena.

> Com a implementação do projeto Albrás-Alunorte, altera-se a dinâmica populacional e a distribuição espacial de forma profunda e acelerada. A grande expectativa de emprego que ele criou [...] provocou uma migração intensa de trabalhadores rurais em busca de emprego e melhores condições de vida (Sousa, 2009, p. 53).

Diante desse cenário, a construção das referidas fábricas impactou diretamente no aumento populacional do município de Abaetetuba, uma vez que muitas famílias que viviam na zona rural e ilhas acabaram por vender suas terras, casas, engenhos para migrarem para a cidade em busca da tão sonhada mudança de vida através de empregos nas fábricas. Ferranti (2013) ilustra o processo migratório em Abaetetuba, a partir da década de 1970.

Tabela 1- População do município de Abaetetuba de 1970 a 2010

Município	População				
	1970	1980	1991	2000	2010
Abaetetuba	**57. 520**	**74.545**	**99.989**	**19.072**	**141.054**
Rural	65,8%	54,6%	43,6%	40,58%	41,2%
Urbana	34,2%	45,4%	56,4%	59,42%	58,8%

Fonte: Dados do IBGE de 1970 a 2010 extraídos da dissertação de mestrado de Ferranti (2013).

Como observado na tabela 1, podemos verificar que há um expressivo aumento nos números de habitantes na cidade a partir da década de 1970, somado a isso, observa-se que a maioria da população se concentrava na zona rural, porém, esse fluxo foi diminuindo no decorrer dos anos, uma vez que em 1970 a população rural possuía 65,8%, e em 1991 sofreu uma queda para 43,6%, já a população que residia na zona urbana saltou de 34.2% em 1970 para 56,4% em 1991. No entanto, vale ressaltar que, com o aumento do fluxo populacional, a cidade de Abaetetuba não estava estruturada fisicamente para receber um quantitativo elevado de pessoas, assim, o crescimento populacional não veio acompanhado pelo desenvolvimento

de serviços básicos, com isso, cresceram também o número de ocupações irregulares em áreas periféricas da cidade, muitas dessas ocupações sofriam com condições precárias no que diz respeito à moradia, saúde e educação.

Ao falar do município de Abaetetuba, Sousa (2009) pontua que:

> Sua infraestrutura é escassa, falta acesso aos serviços básicos para boa parte da população que se ressente com as mais precárias condições das estradas, do abastecimento de água, dos postos de saúde, da assistência médica, a inexistência de ampla rede de esgoto sanitário, da falta de emprego, baixa qualidade da educação, a exploração sexual de menores e o crescimento do tráfico de drogas (Sousa, 2009, p. 24)

Conforme mencionado pela autora, Abaetetuba enfrentava graves problemas na oferta de serviços básicos para a população. Aliado a isso, é importante frisar que com o término das obras nas fábricas, o que se sucedeu foram milhares de famílias desempregadas e desestruturadas em decorrência de violências.

> Para Abaetetuba a implantação do Projeto ALBRÁS-ALUNORTE significou muito mais prejuízos que benefícios, agravando em muito o desordenado processo de crescimento populacional e urbanização, desestruturando e fragmentando sobremaneira sua economia, com precarização do nível de emprego e renda e impelindo o caos social. O tão sonhado desenvolvimento urbano-industrial mostrou-se ilusório, pois, ao contrário do que se pensava, elevou o grau de empobrecimento e marginalização a que foi submetida a população, além de acarretar degradação ambiental (Sousa, 2009, p. 59).

Diante dessa realidade de descaso e exclusão na cidade, houve um significativo aumento no número de crianças na cidade, principalmente com idades de 0-3 anos. Todavia, nesse período, não existiam creches em Abaetetuba que possibilitasse o atendimento voltado explicitamente para essa faixa etária infantil.

Segundo dados do Documento curricular de Abaetetuba (2019, p. 78), no que diz respeito a história da Educação Infantil no município "a mesma inicia-se a partir de 1972 através da implantação do Projeto Casulo em parceria com a Legião Brasileira de Assistência - LBA, nos principais bairros da cidade". Os casulos inicialmente funcionavam em lugares inapropriados, e quase sempre eram mantidos por meio de iniciativas da própria comunidade local, a maioria desses espaços funcionavam em casas alugadas e em centros comunitários pertencentes às igrejas da diocese de Abaetetuba. O atendimento nesses locais era para crianças nas faixas etárias de quatro, cinco e seis anos. O principal objetivo do Casulo para com as crianças não era para fins educacionais e pedagógicos, mas, sobretudo, para fins assistenciais, como higiene, proteção e alimentação.

Esse cenário do atendimento à infância no município de Abaetetuba só começa a se modificar a partir da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente de

1990 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 1996, com a desvinculação da educação das crianças de caráter assistencial, para fins pedagógicos. Conforme explicita o artigo 29 da LDB[3]de 1996 que define "A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade". Desse modo, a educação infantil passa a ser legalmente reconhecida como primeira etapa da educação para crianças, colaborando para o seu desenvolvimento.

Aliado a isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 pontua que é responsabilidade dos municípios oferecer a educação infantil em entidades como creche e pré-escolas. Porém, o cumprimento das normas estabelecidas nessa lei, se deram de forma tardia em algumas regiões, pois eram significativas as desigualdades sociais e regionais enfrentadas pelos municípios brasileiros, principalmente os que estavam localizados no interior, como foi o caso do município de Abaetetuba.

Conforme a Lei Orgânica do Município de Abaetetuba, promulgada em 23 de março de 1990, era tarefa do município ofertar educação infantil em creches e pré-escolas.

> Art. 175 - O dever do Município com a Educação será efetivado com base nos seguintes critérios:
> V - Ministrar Educação Infantil, com atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade, sendo de zero a três anos em creche e de quatro a seis anos em pré-escola e ainda:
> a) Fomentar a implantação de creches pelos órgãos públicos ou particulares, devendo estas conter berçário, recursos materiais e humanos capazes de atender as necessidades bio-psico-sociais da criança (Lei Orgânica do município de Abaetetuba, 1990, p. 34)

Entretanto, diferente do que estava assegurado pelas leis federais e proposto pela legislação municipal, a realidade educacional do município de Abaetetuba ainda se mostrava bastante deficitária, principalmente no que diz respeito à oferta de creches e pré-escolas voltadas para a infância pequena. Existiam em alguns bairros somente escolas de 1° grau criadas por meio do Decreto-Lei n° 007 de 23 de julho de 1990, no qual foi instituída a criação de 162 escolas básicas de ensino, sendo 4 delas localizadas na zona urbana, 121 na localidade das ilhas e 37 localizadas no centro da cidade, as quais funcionavam de forma irregular, sem a infraestrutura e o espaço adequados para o seu devido funcionamento. Ademais, vale ressaltar que com a criação dessas escolas, o atendimento ainda estava restrito somente a uma parcela da

[3] Faixa etária alterada pela Lei n.º 12.796, de 2013 que define "A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade".

população infantil de 4 a 6 anos, com isso, crianças com idades inferiores ainda não tinham acesso a qualquer assistência educacional.

Devido a situação econômica e social enfrentada por grande parte das famílias que residiam em bairros invasivos, improvisados e sem estrutura básica, e por pais não terem onde deixar seus filhos para poder ir trabalhar em busca do sustento da família, algumas das escolas existentes nesses bairros, aceitavam receber crianças com idade inferiores a 4 anos na condição de encostadas, aguardando completarem a idade para serem definitivamente enturmadas.

A lei n° 115/98 de 20 de novembro de 1998 institui o fundo municipal de educação para o município de Abaetetuba e novamente aponta nos seus objetivos que a educação da infância pequena fosse oferecida em creches e pré-escolas.

> **DOS OBJETIVOS:**
> Art. 1°- Fica instituído o Fundo de Educação que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados à viabilização das ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, executadas ou coordenadas pela Secretária Municipal de Educação, que compreendem:
> 1 – Oferecer a educação infantil em:
> a) – Creches para crianças até três anos de idade;
> b) – Pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade;

Nota-se que, na cidade de Abaetetuba, apesar da promulgação das Leis Federais e leis municipais sobre o atendimento da primeira infância, o que se via no município eram inexistências de locais apropriados, principalmente de creches que viessem atender crianças com idades de 0 a 3 anos, conforme assegurado pela legislação, evidenciando assim, a falta de comprometimento e o descaso do poder público municipal com as políticas educacionais para crianças.

Segundo dados da base do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP (2020), no que se refere a matrículas em creches e pré-escolas, de 2000 a 2009, o município de Abaetetuba só contava com alunos matriculados na pré-escola. Contudo, havia alguns registros de matrículas em creches, no entanto, eram instituições privadas, mas não tivemos conhecimento de como se dava seu funcionamento. Todavia, importa destacar que não existiam na cidade creches municipais.

Dessa forma, a inauguração da primeira creche municipal de Abaetetuba, denominada Irmã Eufrásia Maria de Belém, aconteceu apenas em 2011, fruto de uma colaboração entre a Ordem Franciscana Secular e a Prefeitura Municipal de Abaetetuba. Essa iniciativa representou um marco significativo, trazendo uma nova visão para a educação de criança pequena na cidade, principalmente para crianças de 0 a 3 anos.

5. TUDO COMEÇA COM UM SONHO: CRECHE IRMÃ EUFRÁSIA MARIA DE BELÉM

Segundo Toledo e Andrade (2014, p. 183),

> O processo de historiar uma instituição educativa não terá muito sentido sem uma articulação entre o singular (instituição escolar) e o geral (contexto histórico), pois cada instituição educativa acompanha o desenrolar da sociedade conforme a produção da época.

Desse modo, para entendermos como se deu o surgimento da primeira creche municipal em Abaetetuba, é preciso analisar o contexto histórico no qual essa instituição foi pensada. Neste sentido, a creche Irmã Eufrásia Maria de Belém é fruto dos sonhos dos irmãos da Ordem Franciscana Secular do Brasil, vinculados à Fraternidade São Francisco Irmão Menor. Com isso, para reconstruirmos essa história, contamos com as informações fornecidas no ano de 2020 e 2024, pela primeira gestora da creche Maria da Conceição Lobato Pontes (*In memoria*), e atual ministra da Fraternidade, Antônia da Silva Ferreira, 67 anos, que acompanharam todo o processo de criação da creche.

O surgimento da Fraternidade São Francisco Irmão Menor surge paralelamente ao surgimento do bairro da Francilândia, a partir da década de 1980

> O surgimento da fraternidade Irmão Menor surge do sonho do Irmão Franciscano José Ubirajara no qual teve um sonho com São Francisco, e no sonho o mesmo apontava na direção das terras que ficavam no final da cidade, precisamente na divisa do bairro São Lourenço e início do bairro da Francilândia, o terreno em questão era de um senhor chamado Francisco Marques Ferreira. ‘Eu não sei, mas no sonho ele (São Francisco) indicou para aquelas terras lá que estão abandonadas’, aí eu disse, é irmão vamos rezar, eu falei pra ele, se ele tá querendo alguma coisa de nós, vai ser esclarecido, futuramente vai acontecer (Entrevista realizada com Irmã Antônia, ministra da Ordem Franciscana Secular de Abaetetuba, abril, 2024**).**

Desse modo, o local onde atualmente está localizada a primeira creche municipal pertencia ao senhor Francisco Marques, que era o proprietário de um dos engenhos no bairro da Francilândia. Após sua morte, a sua esposa, Senhora Natalina Ferreira, tomou conhecimento de que suas terras estavam sendo invadidas e autorizou a prefeitura municipal de Abaetetuba a gerenciar o loteamento e venda de toda a área do terreno. Nesse período, os franciscanos já eram bastante atuantes na comunidade local, realizando um trabalho de evangelização, orientação e catequização para as famílias que já residiam no referido bairro e mediações.

Durante o processo de loteamento, a senhora Natalina Ferreira decidiu fazer uma homenagem ao seu marido e com isso pensou na construção de uma igreja que levasse o nome de Francisco e assim pensou em São Francisco de Assis. Em vista disso, doou para a Ordem Franciscana uma parte do terreno para que fosse realizada a construção da igreja. No entanto,

nessa época, os franciscanos não tinham a intenção de construir uma igreja no bairro, pois já participavam da Fraternidade “Nossa Senhora da Conceição” que ficava anexa à comunidade de São Benedito. Nesse sentido, o terreno foi repassado para a Diocese para os encaminhamentos legais de transferência de posse.

Naquela época, a diocese de Abaetetuba estava sob responsabilidade de Dom Ângelo Frosi que após os trâmites e legalização do terreno, autorizou a construção da Igreja de São Francisco de Assis. Os religiosos que mais ajudaram nos mutirões de construção da igreja foram José Ubirajara (Ordem Franciscana Secular), Irmã Daniela (Capuchinha), Irmã Maria de Jesus (Ordem Franciscana Secular) e Raimundo Miranda (Juventude Franciscana), entre outros voluntários. Sobre esse período, Irmã Antônia[4] comenta que:

> O irmão José Ubirajara vinha todo o sábado e domingo que tinha missa, assim que terminava ele reunia o pessoal e dizia “Quem quer conhecer a história de São Francisco, fica um pouquinho aqui” aí o pessoal ficava, ele ia explicar um pouco sobre história de São Francisco e com isso ele formou um pequeno grupo de pessoas que quiseram ser franciscanas (Entrevista realizada com Irmã Antônia, ministra da Ordem Franciscana Secular de Abaetetuba, abril, 2024**)**

No entanto, esse pequeno grupo funcionava como núcleo, ou seja, anexo da fraternidade ‘’Nossa Senhora da Conceição”, pois não tinham membros professos[5] para formar uma Fraternidade no bairro da Francilândia.

> Nessa época, mudou-se lá do centro um casal para cá para o bairro de Francilândia. Eu também me mudei em 1986, aí conosco aqui eram três. O irmão Ubirajara chamou o Frei assistente espiritual e, no dia 31 de janeiro de 1987, foi fundada a Fraternidade São Francisco e Santo Antônio. Eu assumi como primeira ministra e nós formamos um conselho da fraternidade. Pouco tempo depois a fraternidade passou a se chamar São Francisco Irmão Menor, e foi assim que aconteceu a história da fundação da nossa fraternidade, o irmão Ubirajara colocou como se fosse a realização do sonho dele que “Francisco” tinha pedido para ele evangelizar aqui nessas terras e ele ficou e deu continuidade no trabalho e foi ele o fundador da nossa fraternidade. (Entrevista realizada com Irmã Antônia, ministra da Ordem Franciscana Secular de Abaetetuba, abril, 2024**)**

Como a fraternidade não tinha um lugar físico para realizar as reuniões, pois havia doado o seu terreno para a Diocese, foi surgindo a necessidade de se ter um lugar fixo da fraternidade. Além disso, convivendo diariamente com a realidade que as famílias daquela localidade enfrentavam, e com o número crescente de crianças existentes no bairro, os religiosos perceberam que havia uma grande necessidade de contribuir com a geração de renda daquela população carente e em situação de vulnerabilidade.

---

[4] Ministra da Eucaristia da Ordem Franciscana Secular e mestra de formação da Fraternidade São Francisco Irmão Menor.

[5] Religiosos que já passaram pelas três etapas para se tornar definitivamente um Franciscano. Primeira etapa Simpatizantes (6 meses), segunda etapa formação inicial (1 a 2 anos), terceira etapa formação franciscana (2 anos), Profissão definitiva: compromisso de viver o evangelho seguindo o modelo de São Francisco de Assis.

Dessa forma, num primeiro momento, a criação da igreja e da casa foi pensada para atender à necessidade da Ordem e das famílias que moravam no bairro da Francilândia e proximidades. Sobre esse processo, Irmã Antônia, comenta.

> A Igreja São Leopoldo Mandic e a casa-bem-me-quer foram a realização de um sonho dos franciscanos. Nós queríamos fazer tipo assim pequenos projetos e oficinas de rendas para as famílias carentes do bairro e ainda ajudar as crianças, no sentido de dar assistência na ausência da mãe que saia para trabalhar e elas deixavam as crianças com tios, com outras pessoas na casa e aconteciam muitas coisas erradas, como abuso infantil, coisas que não deveriam acontecer. Assim nós pensamos nas crianças, em acolher essas crianças, e nós pensamos assim, que nós possamos ficar com essas crianças, nem que seja 4 horas por dia, 4 horas para que elas saiam dessa vulnerabilidade, que aqui elas vão ter amor, vão receber carinho (Entrevista realizada com Irmã Antônia, ministra da Ordem Franciscana Secular de Abaetetuba, abril, 2024**).**

No entanto, por não estar regulamentada e sem os equipamentos e recursos necessários, não foi possível realizar os trabalhos na comunidade. Nesse período, a prefeitura municipal de Abaetetuba decidiu alugar o prédio para funcionar como centro educacional São Leopoldo Mandic, funcionando como anexo de outras escolas até receber a devida autorização de funcionamento como creche.

No ano de 2007, iniciaram as atividades educativas com duas turmas de Educação Infantil (Período I e Período II), funcionando como anexo da escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Turma da Mônica. Em 2009, ampliou-se o atendimento para a Educação Infantil de Ensino Fundamental; já em 2010, tornou-se anexo da escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Carlaide Cardoso Ferreira Jorge, com turmas de Ensino Fundamental de até 09 anos.

Nesse mesmo período, o espaço foi definitivamente autorizado para o funcionamento da Creche. No entanto, antes de se tornar de fato uma creche, em julho de 2011, os alunos correspondentes ao ensino fundamental menor foram remanejados para outras instituições de ensino, ficando somente aquelas crianças que seriam assistidas pelo berçário, maternal e pré-escola.

Dessa forma, no dia 24 de agosto de 2011, na "Casa-bem-me-quer", antiga igreja de São Leopoldo Mandic, cedida pela Ordem Franciscana Secular, por meio de um convênio mantido pela prefeitura municipal de Abaetetuba, sob gestão da prefeita Francineti Maria Rodrigues Carvalho e do vice-prefeito Ronald Margalho Ferreira, juntamente com a Ordem Franciscana Secular do Brasil representada pelo ministro nacional o senhor Antônio Benedito de Jesus da Silva Bitencourt, foi inaugurada a creche Irmã Eufrásia Maria de Belém, tendo como primeira

gestora a senhora Maria da Conceição Lobato Pontes e como coordenadora pedagógica Elizete Macedo e Silva.

Maria da Conceição Lobato Pontes, foi a primeira gestora e acompanhou desde o início todo o processo histórico da creche, pois era membro da ordem franciscana secular e ministra da fraternidade São Francisco Irmão Menor. Dona Conce, como carinhosamente era conhecida, ficou à frente da instituição até a sua morte, que ocorreu no ano de 2021, período da pandemia, vítima da COVID-19. A sua partida se configurou uma grande perda para as famílias do bairro da Francilândia, para a creche e para Ordem Franciscana Secular, principalmente para os membros da sua Fraternidade São Francisco Irmão Menor. Atualmente, na gestão da creche, está a sua filha Patrícia Pontes Martins.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da creche (2018), o nome dado à instituição foi em homenagem à Irmã Eufrásia Maria de Belém, freira da Congregação das Capuchinhas do Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA), em reconhecimento à sua trajetória de vida, missão e compromisso com os pobres, além das experiências acumuladas ao longo dos anos trabalhando com o povo abaetetubense.

5.1 Caracterização da creche Irmã Eufrásia

A creche municipal Irmã Eufrásia Maria de Belém fica localizada às margens do rio Jarumã, situada na travessa Alagoas, n° 7051, em um bairro periférico da cidade conhecido como Francilândia, funcionando no prédio da Ordem Franciscana Secular, casa “bem-me-quer” antiga igreja de São Leopoldo Mandic. Atualmente, a creche está sob a gestão escolar da senhora Patrícia Pontes Martins e da Coordenadora pedagógica Marivalda Corrêa Gomes, atendendo aproximadamente 266 crianças, sendo estas distribuídas nas turmas de berçário (06 meses a 1 ano e 11 meses), maternal I (2 anos a 2 anos e 11 meses), maternal II (3 anos a 3 anos e 11 meses) e período ou pré-escola (4 anos a 5 anos e 11 meses). No ano de 2024, a creche possui 12 turmas em exercício, sendo 06 turmas da creche e 06 turmas da pré-escola, funcionando nos períodos matutino, vespertino e integral.

As Figuras 1 e 2, destacam a fachada da creche Irmã Eufrásia Maria de Belém. Desse modo, podemos observar que como o local não estava programado para ser uma creche, sua infraestrutura se assemelhava a de uma casa, e apresentava algumas limitações físicas e estruturais. Nesse sentido, a primeira gestora destacou, logo que iniciou as atividades,

> O prédio era de alvenaria e coberto com telha, possuía 4 salas amplas, um salão, lactário, uma sala multiprofissional, refeitório, cozinha, lavanderia, e a igreja de São Leopoldo Mandic que ficava bem no centro do prédio. Na sala 1 funcionava o berçário com 10 bebês, na sala 2, o maternal I, na sala 3, o maternal II e na sala 4, funcionava

> o Período I pela parte da manhã e o Período II à tarde" (Entrevista realizada com primeira Gestora da creche, ago, 2020**)**

Figura 1 - Fachada da creche Irmã Eufrásia Maria de Belém

Fonte: Milena Guedes, 2020.

Figura 2 - Portão de entrada

Fonte: Milena Guedes, 2020.

Como já mencionado anteriormente, o local que passou a atender como creche não foi pensado para funcionar como instituição educativa, o que consequentemente resultou em algumas salas de aulas e locais recreativos com espaços reduzidos para as crianças. Todavia, com o crescente quantitativo de crianças matriculadas, no decorrer dos anos o prédio foi sofrendo algumas alterações.

A creche Irmã Eufrásia Maria de Belém possuiu uma área total de 10.510 m², assim distribuídas em 01 pátio coberto, 07 salas de atividades destinada para as turmas de berçário, maternal e períodos, 02 blocos de banheiros masculino e feminino, tanto o masculino quanto o feminino possuem chuveiros e vasos adaptados para as crianças, sendo que o banheiro feminino possui um fraldário. A creche também conta com 01 banheiro para funcionários, 01 salão amplo dividido em parquinho e brinquedoteca, 01 copa cozinha, 01 refeitório, 01 bloco administrativo dividido em 01 sala de direção e 01 sala que funciona a secretaria escolar, 01 sala da coordenação pedagógica, 01 capela e 01 sala da Ordem Franciscana Secular.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998).

> A estrutura do espaço, a forma como os materiais estão organizados, a qualidade e adequação dos mesmos são elementos essenciais de um projeto educativo. Espaço físico, materiais, brinquedos, instrumentos sonoros e mobiliários não devem ser vistos como elementos passivos, mas como componentes ativos do processo educacional que refletem a concepção de educação assumida pela instituição (BRASIL, 1998, p. 68).

Conforme explicitado, entende-se que a forma que os elementos que compõe o espaço físico da creche estão organizados e colaboraram para um ambiente que acaba por favorecer o desenvolvimento das crianças, assim, observa-se a adequação de um espaço apropriado, materiais, brinquedos, e mobiliários são elementos que potencializam na construção um

ambiente favorável para criança. Assim, no que diz respeito ao atendimento às crianças de 0 a 3 anos, a creche Irmã Eufrásia conta com alguns espaços destinados para essas crianças.

5.2 Sala do berçário

Conforme é possível observar nas Figuras 3 e 4, a creche Irmã Eufrásia conta com uma sala de berçário em tempo integral, somando um total de 18 alunos na turma, com faixa etária de 06 meses a 1 ano e 11 meses. Esse espaço é bem amplo, iluminado com três janelas, e no sistema de ventilação conta com um aparelho de ar-condicionado e 4 ventiladores, além disso, o espaço propicia o engajamento entre as crianças e o estímulo às brincadeiras; possui também um espelho que possibilita a criança a se olhar a se conhecer através do reflexo, também, nesse ambiente existe um corrimão que auxilia a criança a se sustentar e praticar sua coordenação motora.

Na referida creche há também berços que são utilizados após o almoço, no momento de lazer e descanso das crianças, principalmente para as que ficam na creche em tempo integral das 07h30, tendo seu retorno para casa somente às 16h30. Como a creche funciona no prédio da Ordem Franciscana, a religiosidade é muito presente nesse espaço, por isso, em todas as salas de aula existe um crucifixo, que é um símbolo muito presente da igreja católica.

Figura 3 - Sala do Berçário

Fonte: Milena Guedes, 2022.

Figura 4 - Sala do Berçário

Fonte: Milena Guedes, 2022.

5.3 Sala Maternal I

A sala do Maternal I (Figuras 5 e 6) atende crianças de 2 anos a 2 anos e 11 meses em período integral, com um total de 24 crianças. A sala é espaçosa e bem iluminada, porém, com uma quantidade menor de janelas do que a sala do berçário, sendo duas no total. Para a climatização do ambiente, possui dois ventiladores e dois aparelhos de ar-condicionado.

Ao contrário do berçário, esta sala dispõe de cadeiras, mesas e um quadro branco para realização das atividades que são trabalhadas dentro da sala de aula, como pinturas e desenhos.

O ambiente também é equipado com um espelho e colchões, usados para descanso durante o período integral, contribuindo para o acolhimento e bem-estar das crianças.

Figura 5 - Sala do maternal

Fonte: Milena Guedes, 2022.

Figura 6 - Sala do maternal

Fonte: Milena Guedes, 2022.

5.4 Sala do maternal II B

A classe do Maternal II B (Figuras 7 e 8) funciona exclusivamente no período matutino, com crianças de 3 anos a 3 anos e 11 meses, totalizando 24 alunos. Inicialmente, o local não foi projetado para ser uma sala de aula, já que servia como sala de reuniões para a Ordem Franciscana Secular. Por isso, o espaço do Maternal II B é menor em comparação com as outras salas e possui apenas duas janelas.

Quanto ao sistema de ventilação, há somente um ventilador e um ar-condicionado. A sala está equipada com cadeiras e mesas para atividades como pintura e desenho. No espaço há uma lousa e uma televisão utilizada para exibir cantigas e vídeos educativos para os alunos.

Figura 7 - Porta do Maternal

Fonte: Milena Guedes, 2022.

Figura 8 - Sala do Maternal II B

Fonte: Milena Guedes, 2022.

5.5 Salão (Parquinho e brinquedoteca)

A creche Irmã Eufrásia Maria de Belém, apesar de suas limitações quanto ao edifício, oferece alguns espaços recreativos para as crianças. Contudo, esses locais são restritos ao ambiente da creche e não possuem estrutura apropriada para brincadeiras e atividades ao ar livre para crianças maiores do maternal. Assim, os espaços usados para fomentar a interação e o estímulo das crianças com seus colegas, consistem em um salão espaçoso (Figuras 9 e 10) dividido entre parquinho e brinquedoteca, porém, a biblioteca está atualmente inativa. Em cada dia da semana, uma turma é selecionada para participar das atividades nesses ambientes.

Figura 9 - Salão da creche

Fonte: Milena Guedes, 2022.

Figura 10 - Parquinho

Fonte: Milena Guedes, 2022.

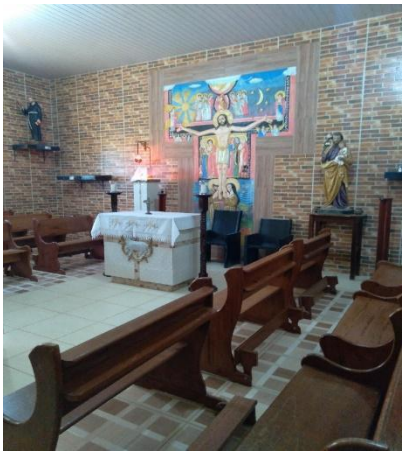
5.6 Capela e a sala da Ordem franciscana

Torna-se relevante mencionar que na Creche Irmã Eufrásia por ser um edifício de uma ordem religiosa, a existência de uma capela (Figura 11) faz parte do ambiente e, portanto, do cotidiano da maioria das crianças. Devido ao espaço limitado da capela, a cada dia da semana, uma turma é selecionada para participar das atividades realizadas nesse espaço, tais como, a oração universal, reflexões sobre o evangelho e músicas.

Contudo, é importante frisar que a participação dos alunos nas atividades da capela não é obrigatória, sendo restrita apenas aos alunos com autorização dos pais. Assim, aqueles que não têm permissão dos pais para ir à capela, permanecem com uma das professoras em sua sala de aula, realizando outras atividades ou esperando o retorno da turma na sala da secretária da creche.

Além da capela, a Creche Irmã Eufrásia conta com uma sala específica usada também pelos religiosos da Ordem Franciscana (Figura 12). Tanto a capela quanto a sala da Ordem Franciscana, são ambientes promovidos de encontros formativos voltados para o fortalecimento da espiritualidade e do carisma franciscano.

Figura 11 - Capela da creche



Fonte: Milena Guedes, 2022.

Figura 12 - Sala da Ordem Franciscana

Fonte: Milena Guedes, 2024.

A Creche Irmã Eufrásia, por ser a primeira creche estabelecida no município, enfrentou numerosas dificuldades e desafios para implementar seu trabalho pedagógico. No entanto, a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) teve um papel crucial na capacitação dos educadores que atuariam na instituição, por meio de cursos e oficinas que apoiavam as atividades desenvolvidas para as crianças da creche e pré-escola. Assim, a SEMEC proporcionou formações contínuas visando a qualificação dos profissionais para o atendimento das crianças de 0 a 5 anos, com base nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBNE e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI, organizando o trabalho pedagógico.

Adicionalmente, a prefeitura de Abaetetuba colabora com a manutenção e operação do espaço escolar. Por meio dessa colaboração, são financiadas as despesas da creche, incluindo alimentação, aluguel, salários dos funcionários e materiais para as crianças, como fraldas, brinquedos e recursos didáticos. O prédio, pertencente à Ordem Franciscana e, durante as férias escolares e finais de semana, o prédio é disponibilizado para atividades culturais, religiosas e projetos educacionais que integram a creche, as famílias e a comunidade, fortalecendo as relações internas e externas que sustentam a instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se localiza no âmbito da história da educação brasileira, com o propósito de analisar a criação da primeira creche para crianças de 0 a 3 anos em Abaetetuba.

Assim, ao discutir sobre a criança, entende-se que é um indivíduo concreto, inserido em diversas relações sociais e detentor de direitos, incluindo a educação. Contudo, historicamente, esse direito nem sempre foi garantido, pois, constatou-se que por muitos anos, as instituições de atendimento à infância no Brasil foram percebidas apenas sob uma ótica assistencialista, sem

laços educacionais. Foi com a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação que as creches começaram a desempenhar seu papel pedagógico. Nesse contexto, a obrigatoriedade do ensino determinada pela Constituição Federal e pelas LDB foi implantada tardiamente em algumas cidades, como foi o caso do município de Abaetetuba.

Durante a nossa inserção em campo para conhecer e caracterizar a primeira creche implantada no município de Abaetetuba, bem como a análise dos documentos legais e disponibilizados nos arquivos da Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba, constatamos que o município, mesmo após a promulgação de leis federais e municipais sobre a educação da primeira infância, até meados de 2010, a educação municipal era direcionada apenas para crianças de 4 a 6 anos inseridas no segmento da educação infantil, sem a existência de uma creche para atendimento de crianças de 0 a 3 anos. Prevalecia, portanto, a falta de espaços adequados, apesar das obrigatoriedades legais.

Inicialmente, a criação da primeira creche municipal em Abaetetuba surgiu dos sonhos dos irmãos da Ordem Franciscana Secular do Brasil, ligados à Fraternidade São Francisco Irmão Menor. É importante ressaltar que o espaço não foi planejado para ser uma instituição educativa, pois no prédio funcionava uma igreja e a Casa-bem-me-quer, destinada a oficinas para geração de renda de famílias necessitadas. Porém, ao conviver diariamente com a realidade enfrentada pelas famílias locais e observar o crescente número de crianças no bairro, os religiosos decidiram redirecionar o espaço para atividades educativas, pois a quantidade de crianças se ampliava no bairro da Francilândia e carentes de educação. No entanto, devido à falta de recursos e materiais, a implementação da primeira creche municipal só foi possível em agosto de 2011, por meio de um convênio entre a Ordem Franciscana Secular e a Prefeitura Municipal de Abaetetuba.

Contudo, conclui-se que apesar de tardia a criação da primeira creche de Abaetetuba foi essencial para proporcionar atendimento às crianças de 0 a 3 anos, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade e residentes nos bairros periféricos da cidade.

Atualmente, o município conta com seis creches espalhadas nos bairros Francilândia, Angélica, São Sebastião, Santa Clara e Jarumã, favorecendo o atendimento das crianças de 0 a 3 anos.

Este estudo me favoreceu conhecer um pouco de uma parte da história da educação de Abaetetuba, um tema que muito me interessa como futura professora e pedagoga e também na perspectiva de me tornar uma pesquisadora no campo da história da educação da criança no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABAETETUBA. **Decreto n° 007/90, de 23 de julho de 1990**. Cria e oficializa as escolas de 1° grau de Abaetetuba. Abaetetuba, PA. Secretaria de Administração – SEAD, 23 jul, 1990.

ABAETETUBA**. Documento curricular do município de Abaetetuba**. Educação infantil e ensino fundamental (Anos Inicias). Abaetetuba, PA: Semec, 2019, pag. 91.

ABAETETUBA. **Lei n° 115/98, de 20 de novembro de 1998**. Institui o fundo municipal de educação e da outras providencias. Abaetetuba, PA: Prefeitura de Abaetetuba, 20 nov. 1998.

ABAETETUBA. **Lei orgânica do município de Abaetetuba**. Abaetetuba, PA: Prefeitura de Abaetetuba, 24 mar. 1990. Disponível em: www.abaetetuba.pa.gov.br/leis. Acesso em: 15 abr. 2024.

ALBERTI, Verena (2005). **Histórias dentro da história**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, p. 155-202.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental**. Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006**. Brasília, DF,19 de dez, 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm. Acesso em: 15 mai. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em 15 mai. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar (1997/2014)**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: http://matricula.educacenso.inep.gov.br/. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. **LEI Nº 13.306, de 4 de julho de 2016**. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de fixar em cinco anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13306.htm. Acesso em: 15 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006. 45 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/miolo_infraestr.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

BUJES, M. I. E. **Escola Infantil**: Pra que te quero? In: CRAIDY, C; KAERCHER, G. (Org). Educação Infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=XB50O9zOZTQC&lpg=PR1&hl=pt-BR&pg=PA12#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 15 mai. 2024.

CELLAD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos/ tradução de Ana Cristina Nasser. 3. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais** / Antônio Chizzotti. 4. ed. - São Paulo: Cortez, 2000. - (Biblioteca da Educação. Série 1. Escola; v.16).

CRECHE IRMÃ EUFRÁSIA MARIA DE BELÉM. **Projeto Político Pedagógico - PPP**. Abaetetuba, 2018.

DIDONET, M Vital. **Creche: a que veio, para onde vai**. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais. Brasília, v.18, n. 73, p. 11 – 27, jul. 2001.

FERRANTI, Adelino. **A Política educacional no Município de Abaetetuba (PA) no período de 2005-2008:** Realidade e limites. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, v.2, São Paulo, mar/abr, 1995.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo: Loyola, 1988.

KUHLMANN JR, Moysés. **Educando a Infância Brasileira**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica. 2011.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e Educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

MACHADO, J. **História de Abaetetuba**. Abaetetuba, Edição do autor, 2020. Disponível em: https://sites.google.com/site/historiadeabaetetuba. Acesso em: 18 abr. 2024.

MERISSE, Antônio. **As origens das instituições de atendimento à criança:** o caso das creches. In: MERISSE, A. et. al. Lugares da Infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato. São Paulo: Arte & Ciência, 1997, p.25-51.

MINAYO, Deslandes, Suely Ferreira**. Pesquisa social:** Teoria, Método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). - Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

PADILHA, M. I. C. de Souza; BORENSTEIN, M. S. **O método de pesquisa histórica na enfermagem**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2005 Out-Dez; 14(4):575-84.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

PAGANELLI, Ângelo. **Vida de bairro**: Luzes e sombras. A vida do bairro na fala do professor. 1995. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Graduação em Ciências Sociais, Abaetetuba, 1995.

SANTOS, Josenilda Costa. **O Bairro São João:** um produto dos problemas de urbanização. 1996. 60 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Graduação em Geografia, Abaetetuba, 1996.

SAVIANI. Demerval. **Breves considerações sobre fontes para a história da educação**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago. 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4913/art5_22e.pdf . Acesso em: 18 abri. 2024.

SOUSA, Iris Amaral. **O que fazer do poder público municipal na Amazônia:** Os caminhos da política educacional em Abaetetuba/PA. 2009. 206 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

TOLEDO, Cézar de Alencar Arnaut de; ANDRADE, Rodrigo Pinto de. **História da educação, instituições escolares, fontes e pesquisa em arquivos na região oeste do Paraná**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 175-199, jan./jun. 2014.

www.anped.org.br. Acesso em: 15 de abril de 2024.

ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGENS E NOME DA CRECHE

Irmã Eufrásia Maria de Belém
TV ALAGOAS, Nº 7051 - FRA CLÂNDIA
Abaetetuba - Pará

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E NOME DA CRECHE

Eu, Patrícia Pontes Martins, nacionalidade Brasileira, estado civil Casada, portador da Cédula de identidade RG nº. 2924983, inscrito no CPF/MF sob nº 722.871.602-72, residente à Av./Rua Manoel da S. Rapasso, nº. 2193, município de Abaetetuba/Pará, gestora da Creche Irmã Eufrásia Maria de Belém.

AUTORIZO o uso de imagens e do nome da Creche Municipal De Educação Infantil Irmã Eufrásia Maria de Belém, para ser utilizada no Trabalho de Conclusão do Curso – TCC, do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Universidade Federal do Pará, campus Abaetetuba, intitulado: **"A EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA CRECHE EM ABAETETUBA PARÁ"** e também nos arquivos da biblioteca onde o trabalho será arquivado para futuras consultas entre alunos e comunidade externa, e nas possíveis publicações em Revistas Científicas. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso das imagens e do nome do estabelecimento de ensino da rede municial de Abaetetba (PA), acima mencionada em todo território nacional e internacional, das seguintes formas: (I) Apresentação de Slides, (II) Artigos Científicos (III) Revistas Científicas, (IV) Anais de eventos, (V) home page; (VI) mídias eletrônicas (banners, folders entre outros),

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens e do nome da instituição de ensino, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração e me responsabilizo por qualquer situação perante a Secretaria Municipal de Educação do Abaetetuba(PA), quem represento em nome da escola, neste documento.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 01 via de igual teor e forma.

Abaetetuba (PA), dia 28 de maio de 2024.

Patrícia Pontes Martins
Gestora Escolar
Portaria nº 086/2023

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

CRECHE MUNICIPAL
Irmã Eufrasia Maria de Jesus
TV ALAGOAS, Nº 7051 - FRAGOLANDIA
Abaetetuba - Pará

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **A EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA CRECHE EM ABAETETUBA PARÁ** Desenvolvido por aluno(a) Milena Gueden do Espírito Santo

Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é [coordenada / orientada] pela Profa. Dra. MARIA DO SOCORRO PEREIRA LIMA a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do (e-mail): soclimma@yahoo.com.br Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é construir um (a) monografia/artigo referente ao Trabalho de Conclusão de Curso. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio da obordagem qualitativa com o uso da observação e entrevista semiestruturada [a ser gravada a partir da assinatura desta autorização]. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e seu orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Abaetetuba - Pa, 28 de Maio de 2024.

Patrícia Pontes Martins
Assinatura do (a) Participante

Patrícia Pontes Martins
Gestora Escolar
Portaria nº 086/2023

Milena Gueden do Espírito Santo.
Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Maria do Socorro Pereira Lima
Assinatura do (a) orientador (a)

Nome da aluna(o) Milena Gueden do Espírito Santo.
Curso/Universidade/ Cidade Licenciatura em Pedagogia - UFPA, ABAETETUBA
Contato: (93) 99325-8384

ANEXO C – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **A EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA CRECHE EM ABAETETUBA PARÁ** Desenvolvido por aluno(a) Milena Gueder do Espinito Santo

Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é [coordenada / orientada] pela Profa. Dra. MARIA DO SOCORRO FERREIRA LIMA, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do (e-mail): soclimma@yahoo.com.br Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é construir um (a) monografia/artigo referente ao Trabalho de Conclusão de Curso. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio da obordagem qualitativa com o uso da observação e entrevista semiestruturada [a ser gravada a partir da assinatura desta autorização]. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e seu orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Abaetetuba - Pa, 09 de ABRIL de 2024.

Antonia da Silva Ferreira
Assinatura do (a) Participante

Milena Gueder do Espinito Santo
Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Assinatura do (a) orientador (a)

Nome da aluna(o) Milena Gueder do Espinito Santo
Curso/Universidade/ Cidade UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - CAMPUS ABAETETUBA
Contato: (91) 99325-8384